

56º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Imran Issa é o advogado que tratou dos negócios milionários de António Carlos do Rosário e no fim diz que foi insultado e ameaçado

- Era justamente 00h00 (meia-noite) quando o declarante Imran Issa declarou ao tribunal: "já não aguento, meritíssimo". O juiz Efigénio Baptista admitiu que a reclamação era legítima, tanto mais que a maioria dos réus estava a dormir nas cadeiras. Mas por imperativos legais, o juiz tinha o dever de concluir a consignação das respostas do declarante em acta. "Não podemos deixar para outra sessão, temos que terminar. A Lei estabelece isso". E assim a sessão só terminou quando eram duas horas da madrugada.



Imran Issa

- Iniciou ontem a audição de Imran Issa, o advogado que foi colaborador do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) entre 2013 e 2019. Antes de começar a responder às perguntas, Imran Issa foi perguntado se não era arguido num processo relacionado com as “dívidas ocultas”. O declarante confirmou apenas que é arguido num processo que corre seus termos na Procuradoria da Cidade de Maputo, mas que não está relacionado com os factos em discussão no julgamento.

O declarante contou que colaborou com os serviços secretos sob proposta do então Director da Inteligência Económica do SISE, António Carlos do Rosário. Conheceu-o em 2013, quando Imran Issa trabalhava num escritório de advogados. Em data não precisa do ano de 2013, Imran Issa disse que foi contactado, na qualidade de advogado, pelo reu Zulficar Ali Ahmed, que o conhece desde a infância e com quem tem alguma familiaridade, para ajudar num negócio descrito como sendo sigiloso.

Depois de receber documentos, preparou a minuta de contrato promessa de compra e venda de um imóvel localizado na Cidade de Maputo. “Depois solicitaram a minha presença no encontro que teve lugar nos escritórios da SA Câmbio, na Avenida Mao Tse Tung, para os ajudar na eventualidade de haver dúvidas. Chegado ao encontro, fui apresentado na qualidade de advogado ao vendedor do imóvel, de nome Adriano Manuel Weng. Minutos depois apareceu um cidadão que se identificou como comprador do imóvel, o senhor António Carlos do Rosário. Foi neste encontro que conheci António Carlos do Rosário e depois passei a trabalhar para ele”.

O imóvel, uma duplex localizado no Condomínio Caracol, foi pago pelo grupo Privinvest, no valor 1.250.000 dólares, transferidos para a conta do proprietário Adriano Manuel Weng, domiciliado no Millennium BCP, em Portugal. “Eu é que organizei o processo e submeti ao 3º Cartório. Estiveram lá os senhores António Carlos do Rosário e Adriano Manuel Weng no dia 5 de Junho de 2013 e assinaram a escritura pública”.

Solicitado pelo Ministério Público a fornecer documentos relacionados com a compra do imóvel, o declarante disse que em 2020 foi contactado pelo advogado Alexandre Chivale pedindo que entregasse toda a documentação relacionada com os negócios de António Carlos do Rosário, incluindo da Txopela Investments.

Em relação ao então Director-geral do SISE, Gregório Leão, o declarante disse que conheceu-o em finais de 2018, no encontro que teve lugar no restaurante Varanda, na Avenida Vladimir Lenine, onde esteve presente

António Carlos do Rosário e Ângela Leão. “Quando Fabião Mabunda foi notificado pela PGR sobre a sua constituição em arguido, António Carlos do Rosário solicitou o meu apoio na qualidade de advogado. Pediu que acompanhasse Fabião Mabunda para ser ouvido em perguntas na PGR”.

Depois de ter acompanhado o reu Mabunda à PGR, Imran Issa foi novamente contactado por António Carlos do Rosário informando-o que devia dar o relatório da audição ao casal Gregório e Ângela Leão. O declarante disse que antes da audição, teve vários encontros com o reu Fabião Mabunda no seu escritório com o objectivo de obter explicações detalhadas sobre o que teria acontecido.

“Ele compareceu com vários documentos sobre os valores que tinha recebido do grupo Privinvest, no valor de 9 milhões de dólares. Explicou as razões da recepção dos valores e pedi que me fornecesse suportes, como extractos bancários e contratos. Trouxe dois contratos que a sua empresa M Moçambique Construções assinou com a Logistic International SAL. Apenas um contrato fazia referência do valor a ser pago pela empreitada, de 3.500.000 dólares. Forneceu-me extractos da sua conta bancária domiciliada no Millennium Bim para onde foram transferidos um total de 9.100.000 dólares, em várias parcelas que variavam entre um milhão e um milhão e setecentos mil dólares”.

Imran Issa perguntou ao reu Fabião Mabunda se chegou a executar o objecto dos contratos, ao que este respondeu que nenhum trabalho tinha sido feito. “Perguntei também se conhecia o senhor Fauzi, o gestor do Privinvest que assinou os contratos. Ele respondeu-me que nunca tinha visto ou estado com o senhor Fauzi e que só viu o seu nome nos contratos que recebeu para efeitos de justificação da recepção do valor no banco”.

O declarante desmentiu as palavras de Fabião Mabunda segundo as quais ele, na qualidade de advogado que o acompanhou na audição na PGR, teria sido ameaçado pelo Procurador Alberto Paulo. “A audiência durou mais de 10 horas e em nenhum momento fui ameaçado pelo Procurador Alberto Paulo”. Imran Issa negou ainda que tenha desistido

de defender Fabião Mabunda porque o seu nome estava ligado ao escândalo financeiro das “dívidas ocultas”.

A uma pergunta da representante do Ministério Público, o declarante afirmou que Fabião Mabunda contou que recebeu o dinheiro de pouco mais de nove milhões de dólares a pedido dos seus clientes de trabalhos de empreitada de construção civil. “Na altura ele disse que o dinheiro era da Ângela Leão. Disse ainda que nunca tinha tido contacto com Privinvest e que não chegou a realizar nenhum trabalho para aquele grupo. Pelos trabalhos que executou a favor da Ângela Leão, recebeu uma contrapartida de 10 milhões de meticais”.

Perguntado quem pagou ao declarante pela assistência que prestou ao reu Fabião Mabunda, Imran Issa disse que tinha uma avença mensal de 110 mil meticais pelos trabalhos que prestava a António Carlos do Rosário. “Eu prestava apoio legal a todas entidades e negócios de António Carlos do Rosário. Algumas vezes, dependendo dos trabalhos, pagava-me acima de 110 mil meticais”.

A uma pergunta do Ministério Público se sabia da relação entre os réus Zulficar Ali Ahmed e António Carlos do Rosário, o declarante disse que tinha conhecimento de que os dois se conheciam há bastante tempo. “Quando o senhor Zulficar foi notificado e constituído como arguido no processo das dívidas ocultas, ele procurou-me para explicar o que estava a acontecer. Aconselhei-o a contactar António Carlos do Rosário. Marcou-se um encontro e eu estive presente e discutiu-se uma estratégia de defesa”.

No mesmo encontro, António Carlos do Rosário pediu ao declarante que acompanhasse Zulficar Ahmed à PGR para ser ouvido em auto de perguntas. “Na interação que tive com Zulficar, ele explicou-me que os 100 mil dólares que recebeu do grupo Privinvest eram referentes à comissão a que tinha direito no negócio do imóvel adquirido por António Carlos do Rosário. Parte do dinheiro foi repartido pelos seus sócios, os senhores Nordine Aboobacar e Ossman”, explicou, para de seguida pedir ao tribunal que ponderasse a decisão em relação aos réus Fabião Mabunda e Zulficar Ali Ahmed.

## Imran Issa diz que António Carlos do Rosário sempre foi o dono da Txopela Investments

Depois do negócio do imóvel, Imran Issa disse que foi solicitado pelo seu António Carlos do Rosário para constituir três empresas, Txopela Investments, Anlaba Investments e Pantera Investments, em 2013. “São as primeiras três empresas que pediu que eu constituísse. Facultou-me a documentação e fez o trabalho, nomeadamente o registo, a publicação e as actas. Lembro-me que a Txopela já tinha a reserva de nome feita por Nordine Aboobacar. António Carlos do Rosário disse-me que as empresas estavam ligadas ao Estado e que era preciso manter o sigilo. Depois das três empresas, António Carlos do Rosário pediu-me que constituísse outras empresas”.

Depois da constituição da Txopela Investments, Anlaba Investments e Pantera Investments, o senhor António Carlos do Rosário solicitou que lhe entregasse todos os documentos originais relacionadas com as empresas, nomeadamente os títulos de acções, o livro de registo de acções, o acto constitutivo, o boletim da República e a certidão de registo comercial, de sob a alegação de que se tratava de entidades de natureza sigilosa.

Segundo o declarante, a Txopela Investments era uma empresa do sector imobiliário e que nunca foi informado de que a mesma era veículo operativo do SISE. “Apenas fui dito que devia manter sigilo em relação aos accionistas. Todo o processo estava sob direcção exclusiva do seu António Carlos do Rosário”.

Os accionistas constituintes da Txopela Investments era António Carlos do Rosário, que detinha 98%, e Tayob da Silva Cadango e Nordine Aboobacar, que detinham 1% cada. Mas em 2015, António Carlos do Rosário a controlar os 100% da Txopela, com a retirada dos accionistas Tayob da Silva Cadango e Nordine Aboobacar. Perguntado se a cedência de acções foi onerosa ou gratuita, o declarante respondeu afirmando que Tayob Cadango e Nordine Aboobacar estavam como accionistas apenas para o cumprimento da legislação comercial. E disse mais: até à sua desvinculação da Txopela, a empresa era única e exclusiva de António Carlos do Rosário.

Em Fevereiro 2015, António Carlos do Rosário informou ao declarante que a IRS, empresa baseada no Líbano, estava para entrar na estrutura accionista da Txopela Investments. “Recebemos do advogado da IRS, Aroun Haddad, que por sinal era accionista maioritário da empresa, com 98%, toda a documentação sobre a constituição desta empresa. A informação que eu tinha é de que a IRS era uma *offshore* que António Carlos do Rosário pediu que fosse criada no Líbano e que futuramente seria detida por si a 100%”.



António Carlos do Rosário comprou 40 apartamentos neste edifício



O protocolo para a entrada da IRS na Txopela Investments foi assinado em Fevereiro de 2015, mas não se concretizou. Isso porque a IRS não cumpriu com o acordo nos termos do qual devia investir até 100 milhões de euros em Moçambique, sendo que a primeira *tranche* deveria ser de 25 milhões de euros, dos quais 2,5 milhões referentes à aquisição de 25% do capital social da Txopela. “A IRS apenas transferiu 10 milhões de euros. Perguntei ao António Carlos do Rosário sobre a concretização da subscrição de 25% do capital da Txopela pela IRS, mas a resposta que tive foi de que devíamos aguardar”.

Em 2019, quando o seu nome começou a aparecer nos jornais, Imran Issa foi à Cadeia Civil falar com António Carlos do Rosário para perceber o que estava a acontecer. “Ele tran-

quilizou-me dizendo que estava tudo controlado e dentro de alguns dias estaria em liberdade. Disse ainda que o Director-geral do SISE e Presidente da República, Filipe Nyusi, tinham estado na Cadeia Civil para o visitar. E mencionou mais um nome do filho do Presidente da República que tinha estado lá”.

Passado um mês, Imran Issa estava a ser procurado pelas autoridades judiciais do Líbano, acusado de ter recebido e branqueado o dinheiro que a IRS enviou para a Txopela Investments. “Fui à Cadeia Civil falar com António Carlos do Rosário sobre o assunto, mas ele disse para não me preocupar e que só devia entregar os documentos da Txopela à IRS”.

Passado algum tempo, o declarante recebeu uma segunda notificação das autoridades judiciais do Líbano. “Falei com o cônsul

do Líbano e ele ajudou-me a contratar um advogado no Líbano para prestar assistência. O advogado constatou que havia um processo-crime contra mim, Bilal Sidat, Tayob Cadango e Nordine Aboobacar instaurado pela IRS”.

Imran Issa contou que mais tarde soube, através do Consulado do Líbano em Moçambique, que o processo-crime instaurado pela IRS fazia parte da estratégia de passar a ideia de que a Txopela era detida pela IRS. “Este processo estava a ser manipulado pelo sobrinho do dono do Privinvest, Iskasndar Safa, de nome Iskandar El Samaran, que à data dos factos residia na Cidade de Maputo”.

O declarante disse que ligou para o sobrinho de Iskandar Safa, que já o conhecia através de António Carlos do Rosário. “Liguei para ele para perceber o que estava a acontecer, mas não nos entendemos. Ele gravou a chamada e mandou para António Carlos do Rosário. E o doutor António Carlos do Rosário mandou-me o áudio da conversa e insultou-me. Chamou-me de filho da mãe, cão de merda e que eu ia ver sangue. Nunca mais voltei a falar com António Carlos do Rosário”.

Imran Issa disse que já esteve com Jean Boustani no Aeroporto Internacional de Maputo, para onde foi solicitado por António Carlos do Rosário para fazer um trabalho. “Era para ajudar no processo da entrada da empresa JB Managment (de Jean Boustani) na estrutura accionista da Quilua Holding, empresa que era detida por António Carlos do Rosário. Todos os documentos físicos relacionados com a entrada da JB Managment na Quilua foram entregues ao sobrinho de Iskandar Safa”. O declarante também trabalhou no processo da entrada da Vivre Consultoria (da falecida Valentina Guebuza, filha do antigo Presidente Armando Guebuza) noutra empresa de António Carlos do Rosário.

O declarante confirmou que foi ele quem



elaborou o contrato de compra e venda de 40 apartamentos T1, uma loja no rés-de-chão, uma sala de reunião e um auditório no primeiro andar e 44 espaços para estacionamento no prédio Xenon Urban, na Avenida Julius Nyerere, Cidade de Maputo. A Txopela pagou pelo negócio mais de sete (7) milhões de dólares aos promotores do projecto imobiliário Xenon Urban. “Quando o contrato foi assinado, as obras ainda não tinham começado. Acredito que o negócio avançou”.

Devido a alterações feitas no contrato, o valor pago pela Txopela Investments aos promotores do projecto imobiliário Xenon Urban aumentou de sete para 13 milhões de dólares. A título pessoal, António Carlos do Rosário também pagou cerca de 1,8 milhões de dólares por uma duplex e o terraço do Xe-

non Urban. “Este contrato foi alterado para 2.875.000 dólares, sendo que deste valor foi pago 1.881.733 dólares, mais 520 mil euros pagos em Portugal”.

Imran Issa contou ainda ter tramitado processos relacionados com o Mabassa Hotel, construído na Cidade de Tete, propriedade de António Carlos do Rosário. O hotel de cinco pisos incluía 42 suites e a sua construção terá custado pouco mais de dois milhões de dólares. O declarante disse que foi solicitado por António Carlos do Rosário para trocar a titularidade do DUAT para Txopela Investments. “Ele queria que o DUAT do espaço onde construído estivesse em nome da Txopela Investments para evitar que o nome António Carlos do Rosário aparecesse na placa de identificação da obra”.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**CDD\_moz**  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

Geneva Centre for Security Sector Governance INCLUSIVE KNOWLEDGE PLATFORM ON INCLUSIVE DEVELOPMENT POLICIES	Confédération suisse / Confederazione Svizzera / Confederaziun svizra / Embaixada da Suíça em Moçambique OSISA Open Society Initiative for Southern Africa OXFAM	RESILIENCE FUND FORD FOUNDATION Nuffic meet the world NED National Endowment for Democracy Supporting freedom around the world Kingdom of the Netherlands
Universiteit Leiden GGA Good Governance Africa AFRICAN GOVERNANCE INSTITUTE NANA		